



JULGAMENTO DA IMPUGNAÇÃO APRESENTADA PELA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS – ABRELPE

1.DO RELATÓRIO

A Prefeitura de Vitória publicou edital de Pregão Eletrônico n.º 172/2021, por meio do processo 1038890/2021, que tem como objeto o **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES**, com data de abertura para o dia 28/09/2021.

A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS, impugnou o edital com as seguintes alegações:

- a) *Sobre a “Modalidade Pregão Eletrônico”, a impugnante alega que não é compatível com a objeto de prestação de serviços especializados de engenharia para a limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos;*
- b) *Sobre o “Projeto Básico”, alega inconsistências no Projeto e na Composição de Custos;*
- c) *Sobre o “Edital”, questionam a apresentação dos Atestados Técnicos, os índices de reajuste e o atendimento à Capacidade Econômico-Financeira;*

É o breve relatório.

2.DA TEMPESTIVIDADE E FORMALIDADE

Preliminarmente, destacamos que o prazo para interposição da impugnação encontra-se arregimentado no item 6.1 do instrumento convocatório, portanto, a empresa interpôs tempestivamente a sua impugnação, uma vez que obedeceu aos prazos estabelecidos.

Ultrapassada a fase da tempestividade, passemos à análise do mérito.



3.DA ANÁLISE DO MÉRITO

DA EXPRESSA VEDAÇÃO DO USO DE PREGÃO

Quanto à alegação que “a autoridade municipal está **realizando procedimento de Pregão para prestação de serviços para os quais não se pode utilizar desta modalidade de licitação**”, esta não deve proceder, conforme

Justificativa no Projeto Básico, *in verbis*

De plano, importa esclarecer que, o legislador definiu que o escopo do “Pregão” seria a seleção de objetos **caracterizáveis** como “bens e serviços comuns”, assim os definidos no artigo 1º da Lei nº 10.520/2002: “Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser **objetivamente definidos** pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

Não obstante a clareza normativa, devido à celeuma jurídica que injustificadamente se criou em torno da matéria, o Tribunal de Contas da União houve por bem pacificar a questão com a edição da Súmula nº 257, com a seguinte redação: “O USO DO PREGÃO NAS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA ENCONTRA AMPARO NA LEI N. 10.520/2002”.

Para que os serviços de engenharia sejam caracterizados como comuns é requisito essencial que seus padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital por meio de especificações usuais no mercado, faz-se necessário também que o mercado oferte de forma corriqueira, habitual, o serviço com esses padrões, de forma que suas utilizações sejam normalmente reconhecidas e aceitas como cotidianas pelos profissionais da área de engenharia.

Neste íterim, destacamos que **os serviços da presente licitação estão definidos com clareza e objetividade as atividades e serviços que deverão ser desenvolvidos durante a execução do futuro contrato, bem como as especificações, orientações, metodologias de execução e padrões de desempenho que deverão ser estritamente observados.**

Ademais, a metodologia de execução é reconhecida e aceita como habitual pelos profissionais da área de engenharia.

Por todo o exposto, com amparo dos preceitos legal e dos precedentes jurisprudenciais que versam sobre o tema, vimos por satisfeitos os requisitos para adoção da modalidade Pregão na forma Eletrônica. (grifei)

Destaca-se que, silente a Lei 10.520/2002 quando à Modalidade Pregão Eletrônico para serviços de engenharia, o Tribunal de Contas da União se manifestou no Acórdão nº 841/2010 – Plenário, que culminou na Súmula 257, citada acima, que o Pregão **deve** ser utilizado para a contratação de serviços de engenharia comuns arguindo que tal modalidade propicia a ampliação da competitividade e a obtenção de propostas mais vantajosas.

Corroborando a licitação por Pregão Eletrônico, o Conselho Nacional de Justiça, impelido a se manifestar



acerca do assunto na Consulta nº 00064140-60.2012.2.00.0000, formulada pelo Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná (TER/PR), pronunciou-se favorável:

EMENTA: CONSULTA. TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DO PARANÁ. REQUISITOS DO ART. 89 DO RICNJ. ATENDIDOS. CONHECIDA. LICITAÇÃO. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA. UTILIZAÇÃO DA MODALIDADE DO PREGÃO. POSSIBILIDADE.

- A modalidade licitatória do pregão pode ser utilizada para contratação de serviços de engenharia, desde que estes possam ser enquadrados como de natureza comum, consoante o art. 1º da Lei Federal nº 10.520/2002 (Lei do Pregão) e o art. 4º do Decreto Federal nº 5.450/2005. Precedentes do TCU.

- Se possível a utilização da modalidade do pregão, deve-se dar preferência à espécie do pregão eletrônico em face do pregão presencial, nos termos do Procedimento de Controle Administrativo nº 0003565-16.2011.2.00.0000.

Apesar de a impugnante descrever que serviço de engenharia comum é *“quando em sua totalidade ou em relevante parte de sua execução seja dispensável orientação de profissional registrado no CREA”*, saliento que a definição de Serviço de Engenharia Comum não exclui a participação de um profissional, conforme Decreto Municipal nº 17.959/2019, com redação similar ao do Decreto Federal nº 10.024/2019, que explicita:

“Art.2º Para efeitos deste Decreto, são adotadas as seguintes definições:

[...]

III – Serviço Comum de Engenharia - atividade ou conjunto de atividades que necessitam da participação e do acompanhamento de profissional engenheiro habilitado, nos termos do disposto na Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pela administração pública, mediante especificações usuais de mercado.” (grifei)

Portanto, não é a necessidade de um profissional registrado que identifica o serviço como comum ou especial, mas a definição objetiva e clara dos serviços, ou, como posto pelo doutrinador Marçal Justen Filho¹, *“quando a Administração Pública não formula exigências específicas para uma contratação determinada, **mas se vale dos bens ou serviços tal como disponíveis no mercado**”* o que se aduz do Projeto Básico, do Edital e das demais planilhas que acompanham a licitação.

Também não cabe a alegação de que “serviços de engenharia” são, necessariamente, “serviços técnicos especializados”, pois o fato de estar caracterizado como “serviço comum de engenharia” não quer dizer que não pode haver nenhuma complexidade técnica no serviço licitado.

Destarte, vale destacar a distinção entre os conceitos de “serviço comum” e “serviço simples”, nesse sentido, escreve Jessé Torres Pereira Júnior que:

“Em aproximação inicial do tema, pareceu que ‘comum’ também sugeria



simplicidade. Percebe-se, a seguir, que não. **O objeto pode portar complexidade técnica e ainda assim ser 'comum'**, no sentido de que essa técnica é perfeitamente conhecida, dominada e oferecida pelo mercado. Sendo tal técnica bastante para atender às necessidades da Administração, a modalidade Pregão é cabível a despeito da maior sofisticação do objeto.”
Jessé Torres Pereira Junior, Comentários à [Lei de Licitações](#) e Contratos da Administração Pública, 7ª ed., Renovar, 2007, p. 1054

Corroborando com o tema, a doutrinadora Vera Scarpinella entende que:

... o objeto comum para fins de cabimento da licitação por Pregão não é mero sinônimo de simples, padronizado e de aquisição rotineira. Bens e serviços com tais características estão incluídos na categoria de comuns da Lei [10.520/2002](#), mas não só. **Bens e serviços com complexidade técnica, seja na sua definição ou na sua execução, também são passíveis de ser contratados por meio de Pregão.** O que se exige é que a técnica neles envolvida seja conhecida no mercado do objeto ofertado, possibilitando, por isso, sua descrição de forma objetiva no edital”. *Vera Scarpinella, in Licitação na Modalidade de Pregão, Malheiros, 2003, p. 81*

Não obstante as definições do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia, expostas na impugnação, cabe esclarecer que a Administração Pública age pautada pela Lei, que não se encontra em falta na definição do que é Serviço Comum de Engenharia, como demonstrado acima.

Embora sejam legítimos os interesses corporativos do CONFEA e suas preocupações, não lhes compete diferenciar o que vem a ser serviços comuns e serviços incomuns, para admitir ou restringir a adoção de uma modalidade licitatória. Muito menos, possui o CONFEA competência para interferir no Poder Normativo do Executivo Municipal, disciplinando o conceito de serviço comum ou, restringir sua aplicação de forma generalizada.

A competência para esta aferição do caráter "comum" de um serviço de engenharia pertence ao órgão requisitante, através do agente público incumbido desta tarefa.

Assim, a Resolução do CONFEA não deve nem pode produzir efeitos restritivos em relação à compreensão do agente público competente acerca do enquadramento de um determinado serviço de engenharia como serviços comum.

Nesse ponto ainda, a impugnante alega sobre aspecto econômico dizendo que “a contratação por meio da

¹ Pregão: Comentários à Legislação do Pregão Comum e Eletrônico – 4ª ed., São Paulo: Renovar, 2005, p.26



modalidade incorreta certamente acarretará prejuízos para a Administração Pública”, entretanto, com Projeto Básico e consequentemente o Edital estipulando os requisitos obrigatórios para a melhor efetivação do serviço, não há de se falar em inviabilidade de apresentação da melhor proposta e nem de insegurança jurídica. E a modalidade do Pregão Eletrônico trouxe economicidade às licitações da administração pública considerando que *“aumentou o número de fornecedores do governo, reduziu os custos das compras governamentais, além de fomentar a competitividade”*.²

Em 2014 o Município de Vitória publicou e homologou o P.E. n. 202/2014, cujo objeto é o mesmo do P.E. 172/2021, que é a **“PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES”**.

Após representação apresentada pelo Ministério Público de Contas relatando supostas irregularidades, sendo uma delas o uso da Modalidade Pregão para o Objeto em questão, foi emitida pelo Conselheiro Relator a Decisão Monocrática Preliminar DECM 610/2014 (em anexo) determinando a notificação dos gestores responsáveis pela licitação em questão.

Após manifestação dos gestores notificados e decorrido os trâmites concernentes à citada Representação, reuniram-se em Sessão do Plenário em 29/10/2020 os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, tem-se a seguinte decisão:

ACÓRDÃO TC-1215/2020 – PLENÁRIO

Processo: 04874/2014-1 Classificação: Controle Externo - Fiscalização -
Representação UG: PMV - Prefeitura Municipal de Vitória Relator: Sérgio
Aboudib Ferreira Pinto Representante: MINISTERIO PUBLICO ESPECIAL DE
CONTAS Responsável: ROSA MARIA CRIVILIN, GUILHERME BATITUCCI, ALEX
MARIANO, RAQUEL FERREIRA DRUMMOND DE AGUIAR, ISABEL CRISTINA
BAPTISTA LOUVEM BRUNETTI, ROBSON RANGEL FREIRE, NILTON LOURENCO
DE SOUZA, LUCIANO SANTOS REZENDE, RUBEM FRANCISCO DE JESUS
Terceiro interessado: CORPUS SANEAMENTO E OBRAS LTDA Procurador:
LEONICE BARROS BORGES SCHNEIDER (OAB: 24663-BA, OAB: 13379-ES)

[...]

**II.2.2 Contratação de empresa para conservação de áreas verdes
por meio de pregão – utilização de modalidade de licitação
inadequada** (critérios: art. 1º da Lei 10.520/02)

Responsáveis: Nilton Lourenço de Souza (Coordenador de

² Revista Internacional de Debates da Administração Pública | Osasco, SP, v.2, n. 1, pp. 151-164, jan–dez.2017



Licitações)

Rosa Maria Crivilin (Subsecretária de Gestão e Suprimentos)

Rubem Francisco de Jesus (Procurador Municipal)

O Representante afirma a Utilização do Pregão seria inadequada para os serviços previstos no edital, alegando que não se trata de serviços comuns, mas de atividades, em sua maioria, complexas, infringindo o art. 1º da Lei 10.520/2002.

Os defendentes alegam:

[...]

A Área Técnica, na Instrução Técnica Conclusiva 300/2020, pondera:

Nos primórdios da utilização do pregão, o dispositivo legal acima gerou controvérsia pois deu a entender que seria vedada a utilização de pregão eletrônico para serviços de engenharia. Contudo, a jurisprudência²⁷ e a doutrina²⁸ evoluíram e definiram o entendimento de que serviços comuns de engenharia, com especificações usuais de mercado, podem ser contratados por pregão. Diversos serviços de manutenção (inclusive de áreas verdes) foram contratados por diversos órgãos federais e estaduais (conforme citado e demonstrado pela defesa), através de pregões presenciais e eletrônicos, tendo inclusive nossa Corte de Contas (TCEES) adotado esta solução (Pregão Presencial 8/2014).

Ao final, conclui que, considerando a evolução do entendimento jurisprudencial e doutrinário entende-se que a argumentação de defesa é suficiente para **elidir ao apontamento de irregularidade constante no item 2.2.2 da ITI 2417/29015.**

Pois bem.

A Lei nº 10.520/02 estabeleceu o cabimento da modalidade pregão somente para a contratação de bens e serviços comuns, definindo, em seu artigo 1º, que se consideram bens e serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

Como bem pondera a área técnica, inicialmente havia uma discussão a



respeito da definição de serviços comum. Atualmente, já pacificado o entendimento da vantagem da utilização da modalidade pregão especialmente em razão da agilidade com que a Administração consegue ultimar as licitações, além da economicidade, haja vista que a usualmente consegue-se obter, quando utiliza o pregão, sensível redução de preços.

Não é por outro motivo que tal modalidade esteja sendo amplamente empregada. A título de exemplo, o Governo do Estado do Espírito Santo, através da Secretaria de Estado de Governo promoveu licitação na modalidade pregão eletrônico (edital nº 039/2013) para contratação de serviços de manutenção de áreas verdes, conforme processo nº 64409821.

Também a Prefeitura Municipal de Porto Alegre agiu dessa mesma forma, nos termos do Edital de Pregão Presencial nº 17/20209. O mesmo caminho seguiu a Pró-reitoria da Universidade de São Paulo que igualmente elegeu o Pregão Eletrônico como modalidade de licitação para a contratação de serviços semelhantes, conforme edital de nº 00012/2013.

Diante do exposto, acompanho o entendimento da área técnica para afastar a irregularidade.

Diante das comprovações de legalidade expostas, mantém-se a modalidade de Pregão Eletrônico para a contratação de serviços de manutenção de Áreas Verdes.

DAS INCONSISTÊNCIAS NO PROJETO E NA COMPOSIÇÃO DE CUSTOS:

DO PROJETO BÁSICO:

A - ITEM 23.5. IRRIGAÇÃO – Da inconsistência quanto ao número de caminhões utilizados para a irrigação

A impugnante solicitou esclarecimentos quanto à previsão divergente do número de caminhões a serem utilizados na irrigação: *“Item 23.5.5.1 e 23.5.6.1 faz referência a 18 caminhões, porém no item 23.5.5.2 faz referência a 16 caminhões (a planilha orçamentária considera 16 caminhões);”*.

O erro material no Projeto Básico foi corrigido, de modo a constar 16 (dezesseis) caminhões nos itens apontados pela impugnante.



B – ITEM 23.7. TRATAMENTO FITOSSANITÁRIO – Da obscuridade relativa à idade máxima dos equipamentos a serem utilizados no tratamento fitossanitário (Item 23.7):

Alega a impugnante que a idade máxima exigida para os equipamentos e maquinários listados no item 24.1.8.9 do Projeto Básico é divergente do exigido no item 23.7.12.:

Restou esclarecido pela área técnica que os equipamentos aos quais se exige a idade máxima de 2,5 anos de uso são as bombas costal manual, ao passo que se exige idade máxima de 5 anos de uso para os equipamentos motorizados;

C – ITEM 23.9. PODA DE GRAMADO E ROÇAGEM – Da ausência de previsão do profissional supervisor previsto no Item 23.9 do Projeto Básico, na planilha orçamentária:

A impugnante solicita correção da planilha orçamentária para que seja considerado o profissional supervisor exigido no item 23.9, relativo à poda de gramado e roçagem, na composição de custos.

Conforme informado pelo consultor contratado, Modus Engenharia, foi feita a consideração de um supervisor na composição dos custos da equipe de microtrator.

INCONSISTÊNCIA NAS COMPOSIÇÕES DE CUSTOS

A - Da aba “Administração do Contrato”:

A impugnante informa que foi previsto o custo de R\$231.509,56 (duzentos e trinta e um mil, quinhentos e nove reais e cinquenta e seis centavos) mensais, não sendo possível identificar onde foi feito o rateio da despesa ou se ela foi incluída.

Conforme esclarecido pelo consultor Modus Engenharia, os custos com a Administração do Contrato foram considerados no BDI.

Para evitar quaisquer equívocos, a aba relativa à administração do contrato foi retirada da planilha de composição de custos.



B – QUANTO AOS CUSTOS COM ADMINISTRAÇÃO LOCAL NÃO FICA CLARO SE ESTÁ INCLUÍDA NO PREÇO MENSAL DOS SERVIÇOS. SE ESTÁ, PRECISA SER EVIDENCIADO EM QUE LOCAIS DAS PLANILHAS ESSAS DESPESAS FORAM CONSIDERADAS.

Também foi questionado se estes foram incluídos no preço mensal dos serviços, sendo esclarecido pela Modus Engenharia que, assim como a Administração do Contrato, estes foram considerados no BDI.

C – ITEM 1.1. MUDAS PEQUENAS > 1,8 < 3,9 M EM ÁREA PAVIMENTADA: Quanto às inconsistências identificadas em relação ao Item 1.1. Mudas pequenas > 1,8 < 3,9m em área pavimentada:

Foi verificado pela impugnante que foi previsto 0,10 relativo ao caminhão, sem a previsão de 0,10 do veículo a ser operado.

Também houve previsão de 95 unidades de mudas pequenas na planilha, enquanto no Projeto Básico consta o quantitativo de 96 unidades.

O Consultor Modus Engenharia informou que foi procedida à correção das composições, sendo incluído o quantitativo de 0,10 relativo ao caminhão com braço mecânico hidráulico (Munck).

Com relação às mudas, a quantidade correta é de 96 unidades, conforme consta do item 23.1.3.1.2, relativo à média de plantios para a modalidade.

D – ITEM 1.2. MUDAS PEQUENAS > 1,8 < 3,9 M EM ÁREA NÃO PAVIMENTADA (UD): Quanto às inconsistências identificadas em relação ao Item 1.2. Mudas pequenas > 1,8 < 3,9m em área não pavimentada:

Foi verificado pela impugnante que foi previsto 0,10 relativo ao caminhão, sem a previsão de 0,10 do veículo a ser operado.

O Consultor Modus Engenharia informou que foi procedida à correção das composições, sendo incluído o quantitativo de 0,10 relativo ao caminhão com braço mecânico hidráulico (Munck).



E – ITEM 1.3. MUDAS PEQUENAS < 1,5M EM ÁREAS AJARDINADAS / PARQUES / REFLORESTAMENTO (UD):

Quanto às inconsistências identificadas em relação ao Item 1.3. Mudanças pequenas < 1,5 em áreas ajardinadas/parques/reflorestamento:

Foi verificado pela impugnante que foi previsto 0,10 relativo ao caminhão, sem a previsão de 0,10 do veículo a ser operado.

O Consultor Modus Engenharia informou que foi procedida à correção das composições, sendo incluído o quantitativo de 0,10 relativo ao caminhão com braço mecânico hidráulico (Munck).

F – ITEM 1.4. MUDAS GRANDES > 4,0 M (UD): Quanto à inconsistência relativa à quilometragem e o quantitativo relativo caminhão com braço mecânico hidráulico previsto no Item 1.4. Mudanças grandes > 4,0m (ud):

A impugnante afirma que está constando na planilha a quilometragem rodada de 1134 km/mês para o caminhão com braço mecânico hidráulico (quantidade usada durante o mês inteiro), mas o quantitativo desse caminhão é de apenas 0,10 (a quilometragem deve ser revista, pois apenas será utilizado 10% do caminhão).

O Consultor Modus Engenharia corrigiu a composição de custos relativo a este item, para constar o previsto no Projeto Básico.

G - Quanto à alegada divergência entre o Projeto Básico e planilha, relativa à metragem do barbante plástico previsto para o Item 23.1.3.1.5:

No projeto básico (subitem 23.1.3.1.5) consta apenas 10 m de barbante plástico, mas na composição consta 110 m para este barbante.

Deve ser considerado o previsto no Projeto Básico, conforme Item 23.1.3.1.5, **sendo correto os 10m**, de modo que a planilha foi corrigida.

H – Quanto às inconsistências identificadas em relação ao Item 1.5. Replanteio de mudas (ud):

Foi verificado pela impugnante que quanto ao Item 1.5. Replanteio de mudas (ud): consta 0,10 motorista de caminhão, mas não consta o 0,10 do caminhão a ser operado.



O Consultor Modus Engenharia corrigiu a composição de custos relativo a este item, para constar o previsto no Projeto Básico.

I – ITEM 2.15. ÁRVORES EM ÁREA DE RISCO (UD): Da ausência de previsão de profissional operador dos equipamentos previstos no Item 2.15. Árvores em Área de Risco (ud):

Verificou-se que na composição de custos do edital consta 01 martele rompedor e 01 gerador de energia, mas não está sendo considerado pedreiro/auxiliar de pedreiro para operação deste.

Deve ser desconsiderada a necessidade do martele e o gerador, tendo em vista que nos locais de área de risco, as retiradas ocorrerão na modalidade corte raso (sem retirar raízes), sendo corrigida a composição de custos relativa a este item pelo Consultor Modus Engenharia.

J – ITEM 3.1 – PAISAGISMO: Da divergência do tipo dos veículos relativos ao Item 3.1 – Paisagismo:

No subitem 23.3.6.2 do projeto básico consta 10 caminhões leves com carroceria $\frac{3}{4}$ com cabine, mas na composição de custos do edital consta 10 caminhões baús.

Na planilha de composição de custos, Item 3. Paisagismo, foi feita a previsão, no subitem 3.1.3.1 de 10 (dez) caminhões leve com carroceria $\frac{3}{4}$, sendo realizado o ajuste para fazer constar a disponibilidade para transportar seis trabalhadores.

K – Da previsão de jardineiro operador de motopoda no Item 4.2. Manutenção de Parques:

Constatou-se que na planilha de composição de custos, foi considerado o profissional jardineiro operador de motopoda quando da previsão dos vencimentos mensais, contudo no Projeto Básico, para a execução deste serviço, se exigiu o equipamento roçadeira lateral, de modo que a impugnante requer a adequação da planilha para fazer constar “jardineiro operador de roçadeira”.

O Consultor Modus Engenharia corrigiu a composição de custos relativo a este item.

L – ITEM 5.1.1. IRRIGAÇÃO - PERÍODO DIURNO (CARROPIPA X DIA UTIL): Da divergência relativa ao quantitativo de veículos no Item 5.1.1. Irrigação – Período Diurno (carro-pipa x dia útil):



Sustenta a impugnante que na planilha orçamentária consta o quantitativo de 370,00 carro-pipa x dia útil por mês, mas na composição de custos do edital o valor total mensal está sendo dividido por 403,24 carro-pipa x dia útil por mês, o que importa em diminuição do valor global do serviço, razão pela qual se requer a correção.

Conforme informado pelo consultor Modus Engenharia, o quantitativo de 403,24 corresponde à ponderação do carro-pipa durante o período de trabalho, isto é, 16 veículos x 25,2 dias úteis = 403,24. Sendo assim, na planilha resumo está dividido em 2 itens produtivo 370,98 e a disposição 32,26. ($370,98 + 32,26 = 403,24$).

M – Das divergências relativas ao ITEM 6. PRODUÇÃO DE MUDAS (EQUIPE X DIA)

a) Insumo “supersimples” previsto no Projeto Básico e não previsto na composição;

O Consultor Modus Engenharia corrigiu a composição de custos relativo a este item, para constar o previsto no Projeto Básico.

b) Requerimento de correção da composição de custos relativos aos insumos previstos no Item 23.4.15 do Projeto Básico, não identificados no Item 3. Resumo dos custos na planilha:

O Consultor Modus Engenharia corrigiu a composição de custos relativo a este item, para constar o previsto no Projeto Básico.

N – ITEM 8.2. ÁREA LIVRE - 2 - CONSIDERANDO A NÃO EXECUÇÃO DE CALÇAMENTO (UD): Da divergência de veículos considerados para o Item 8.2. Área livre – 2 – Considerando a não execução de calçamento (ud):

Questionou a impugnante: “na composição de custos do edital estão sendo considerados 2 caminhões para esse item de serviço e somente 1 único motorista (conforme quadro abaixo). Qual o correto? 2 motoristas e 2 caminhões ou 1 motorista e 1 caminhão?”.

O Consultor Modus Engenharia informou que na composição de custos foram considerados dois motoristas, conforme Projeto Básico.

Foram constatadas as divergências nas informações, de modo que foi feita a alteração na planilha de composição de custos, a fim de adequá-la ao Projeto Básico, com a previsão de 2 (dois) pedreiros, sendo 01



(um) por equipe; 4(quatro) ajudantes de pedreiro, sendo 2 (dois) por equipe; 2 (dois) técnicos agrícolas, sendo 1 (um) por equipe; 2 (dois) motoristas de caminhão leve com cabine, sendo 1 (um) por equipe

O – Da alegada desatualização dos salários da categoria dos Sindirodoviários:

Sustenta a impugnante que os custos dos salários dos motoristas de caminhões leves e médios, integrantes da categoria dos sindirodoviários, foi feita conforme patamar salarial do ano de 2020, não estando atualizadas conforme a Convenção Coletiva de Trabalho vigente para o ano de 2021.

A Modus Engenharia afirmou que a tabela de composição de custos foi alterada para contemplar os salários atualizados para a categoria.

– DÚVIDA QUANTO A FORMA DE APRESENTAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DE CUSTOS PELA LICITANTE VENCEDORA:

A impugnante indaga sobre a apresentação da composição de custos, e se poderá apresentar a composição de custos em seu próprio modelo.

O Edital determina acerca da apresentação da Proposta Definitiva, com suas planilhas, que segue transcrito:

9.4. DA PROPOSTA COMERCIAL DEFINITIVA

[...]

9.4.3. A planilha orçamentária, as composições de preços unitários e o cronograma de desembolso físico-financeiro, deverão, obrigatoriamente, ser encaminhados, exclusivamente via sistema, em campo próprio, devendo constar:

I. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, com os respectivos preços unitários e globais em algarismo e por extenso, utilizando-se até 02 (duas) casas decimais, respeitando os limites de preços fixados no presente instrumento e observando as especificações técnicas, planilha orçamentária e demais condições previstas neste edital e seus anexos, em papel timbrado e em arquivo digital no formato “.XLS” ou “.XLSX”;

II. PLANILHA DE COMPOSIÇÕES DE PREÇOS UNITÁRIOS, DOS ENCARGOS SOCIAIS E BDI, em papel timbrado e em arquivo digital no formato “.XLS ou .XLSX”; e

III. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, observando-se o prazo



estabelecido neste Edital, conforme modelo ANEXO.

Esclarecemos que a empresa **poderá** apresentar a planilha de composição de custos em **modelo próprio**.

Destarte, verifica-se também que o texto do edital esclarece sobre a formatação exigida da licitante vencedora.

OUTROS ESCLARECIMENTOS:

I - EDITAL – PÁGINA 21 – SUBITEM 9.3.4

A impugnante sugere que o Edital deve resguardar uma garantia/experiência técnica mínima que demonstrem que a empresa atenderá de forma satisfatória o serviço licitado.

Indubitavelmente, observa-se que o Edital, buscando um serviço satisfatório, delimitou o que a licitante, para demonstrar sua perícia no objeto da licitação, apresentará no Atestado de Capacidade Técnica: i. Execução de serviços de arborização (plantio, retirada, poda e área livre); ii. Execução de serviços de poda de gramado; iii. Execução de serviços de manutenção e implantação de jardins; iv. Execução de serviço de irrigação.

Ademais, ao permitir a apresentação de mais de um atestado, o setor técnico irá averiguar se os quatro serviços foram prestados concomitantemente, mesmo que para contratantes diferentes.

II – OS ÍNDICES MA, MB E MC INFORMADOS NO REAJUSTE ITEM 15 DO EDITAL, SE ENCONTRAM EM QUAL ITEM E PÁGINA DAS COMPOSIÇÕES DE PREÇOS UNITÁRIOS?

A empresa deverá apresentar a sua planilha de composição de custos informando os percentuais conforme orientado no projeto básico, portanto, é de responsabilidade da empresa descrever os itens que irão compor cada Percentual.

III – OUTROS ESCLARECIMENTOS: QUANTO A FORMA DE ATENDIMENTO À CAPACIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA

Resposta Pregoeira: Demonstrada na impugnação a divergência entre os valores do Edital e do Termo de Referência, referente ao Capital Social ou Patrimônio Líquido a ser comprovado no valor mínimo de R\$ 1.953.727,66 (um milhão novecentos e cinquenta e três mil setecentos e vinte e sete reais e sessenta e seis centavos), entendeu-se por acatar a alegação da impugnante, com a retificação devida no processo licitatório.



IV – DESCUMPRIMENTO PELO EDITAL DE REGRAS PARA CIRCULAÇÃO DE VEÍCULOS.

A impugnante argumentou descumprimento de normas de trânsito no que diz respeito ao número de ocupantes dos veículos.

O Projeto Básico foi alterado para adequar-se às normas de trânsito, alterando-se a planilha de composição de custos para prever cabine com capacidade de 6 pessoas, para os serviços de poda de gramado e roçagem foi considerado 2 (dois) ônibus para o transporte do pessoal.

4. DA CONCLUSÃO

Tendo cumprido com as formalidades legais, **CONHECEMOS A IMPUGNAÇÃO INTERPOSTA** e, na análise do mérito, **JULGAMOS PARCIALMENTE PROCEDENTE.**

Em 09/12/2021

Karina Adelina Schwartz

Pregoeira Municipal